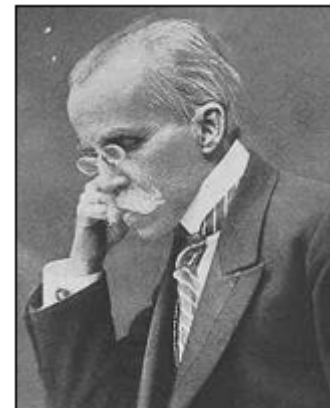


Rui Barbosa e sua visão crítica de Canudos

Prof. Dr. Rubem Nogueira (*)

(Capítulo integrante do livro, inédito **"Rui Barbosa, Contemporâneo do Futuro – Episódios de Suas Lutas Parlamentares"**)



Antecedentes de uma conferência.

Reconduzido, pela segunda vez, ao Senado, com noventa e dois mil votos, ganhava Rui Barbosa menos uma eleição que um plebiscito entre si e seu detrator. Fora, aliás, esse o seu desejo manifestado na tribuna parlamentar, meses antes do pleito: "Não aceitei o mandato, senão como plebiscito entre mim e a calúnia, como sentença vingadora do meu passado contra o libelo do meu agressor".1

Pelo seu plano teria vindo, logo depois de empossado, agradecer à terra natal aquela vitória, mas desde fevereiro de 1897 o Rio de Janeiro vivia conturbado, em face dos surpreendentes resultados iniciais da denominada Guerra de Canudos, sobretudo com o insucesso total da expedição vingadora e o sacrifício do seu legendário comandante, o Coronel Moreira César.

A opinião pública do Rio de Janeiro vinha sendo trabalhada pela enganosa idéia de ser o fenômeno Canudos resultado de uma vasta e forte campanha destinada a restaurar a Monarquia no Brasil, o que levou inflamadas multidões de rua a incendiar três jornais monarquistas e a assassinar Gentil de Castro, diretor de um deles.

Não havia ambiente de liberdade e segurança para a crítica dos acontecimentos relacionados com a conduta das autoridades governamentais, também elas engajadas no sentimento falso de estar em risco a continuidade do regime republicano. Isto ficaria, meses depois, claramente positivado na forma imprópria como, em Mensagem ao Congresso Nacional, reagiu o Presidente Prudente de Moraes ao habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal aos senadores e deputados presos e despachados para Fernando de Noronha, três semanas após haver negado, pelas mesmas razões jurídicas mas a favor dos mesmíssimos pacientes, o que Rui Barbosa lhe impetrara.

A atmosfera política do Rio de Janeiro se mostrava incompatível com a defesa das idéias suscitadas pela mobilização militar feita contra Antonio Conselheiro.

Rui Barbosa tinha consciência do fenômeno social instalado em Canudos, e iria revelá-lo na Bahia, quando de sua próxima visita à terra natal.

Andava pela sua fase mais cruel a campanha de Canudos, quando aqui esteve por uma semana, na segunda quinzena de maio de 1897, a fim de agradecer a sua consagrada reeleição senatorial. No dia 24, fez a primeira, perante um auditório que superlotava o *Politeama Baiano*. Inicialmente ocorrera ligeiro tumulto causado por um estudante, que pediu a palavra, mas foi silenciado por uma bofetada do também acadêmico de medicina Afrânio Peixoto. Por ordem do governador do Estado, que estava presente, o chefe de polícia comunicou ao auditório que a reunião se destinava exclusivamente a ouvir a leitura do discurso de Rui Barbosa.2

No desenrolar da primeira conferência, rica, aliás, de acontecimentos da sua biografia política, é que o orador se ocupa de Antonio Conselheiro e do significado das lutas que o vinham tendo como figura central.

Idéias principais do discurso.

Vamos a seguir procurar reproduzir-lhe os argumentos capitais, a fim de permitir ao leitor de hoje identificar-se com a sua posição, sem dúvida das primeiras, senão a primeira, e manifestar-se na tribuna popular e no Senado da República acerca da tragédia de Canudos.

De modo nítido, rejeita a idéia dominante de converter aquele paupérrimo arraia sertanejo em laboratório da restauração da Monarquia e a incriminação estúpida de um humilde anacoreta como agente das reivindicações do regime político extinto a 15 de novembro de 1889. Em poucas palavras assim definiu o colossal equívoco:

"Essa simulação estólida, que encarna em Antonio Maciel as reivindicações do monarquismo, nunca se deu ao trabalho de autorizar com a mais tênue sombra de prova, o libelo, cuja ferocidade se cevou em chamas de sangue. Ninguém logrou, até hoje, precisar o mais leve indício de mescla restauradora nos sucessos de Canudos. Não há um fato, um testemunho, uma aparência concludente, ou suspeita. Tudo foram desconfianças de extravagante transcendência, dessas em que se se entralha a imensa patetice da multidão superagitada nas convulsões da epilepsia coletiva, cujo estudo pertence hoje ao domínio da psicologia criminal".

Homem confessadamente das cidades grandes, mas que pela cultura livresca conseguiu identificar-se com a vida das pequenas comunidades do interior, eis como, cinco antes de Euclides da Cunha, traçou este primeiro

Quadro de Canudos

"Canudos é apenas um acidente monstruoso das aluviões morais do sertão: a truculência das lutas primitivas, a rudeza dos instintos agrestes, a credice da descultura analfabeta, o banditismo predatório do crime, a pugnacidade implacável dos ódios locais, a escória promiscua do campo e da cidade, as fezes do ócio, da miséria, da tarimba e da penitenciária; todos esses sedimentos orgânicos da anarquia, derivados, de todos os pontos do Brasil, para um estuário comum nos anseios longínquos do nosso interior e incubados ali, cerca de vinte anos, em tranqüila fermentescência pela fascinação de um iluminado, pelo tresvario de uma alucinação supersticiosa".

"Essa formação anômala e ameaçadora, tolerada, graças à sua primitiva aparência de inocente monomania religiosa, pela indulgência brasileira, durante mais, talvez, de um vicênio, sob dois regimes sucessivos, devia naturalmente resultar em fenômeno desusado e fatal".

Esse fato, segundo o seu diagnóstico, tinha caráter psicológico, "que só maravilha os que ignoram o poder incomparável do fanatismo sobre a credulidade das populações rurais e esquecem a acessibilidade infantil da espécie humana, em toda parte, às sugestões do sobrenatural, explorado pelos fundadores de seitas".

Insistiu ainda:

"E os que desse caso se utilizam, para cunhar a invenção alvar de um trama político, de uma reação imperial, ou se devem inscrever na classe dos simplacheirões ludibriáveis pelas imposturas mais rasteiras,

ou são vítimas de um delírio mais perigoso que o dos adeptos de Antonio Maciel: o delírio de perseguição, que, seqüestrado no indivíduo, conduz às mais graves formas da mania homicida, e, propagado aos povos, os inunda em catapultas de sangue".

Duas advertências ainda fez o orador na conclusão de seu discurso, a primeira das quais quando disse que:

"Flagelos desses, podem experimenta-los sem desonra as nações: mais civilizadas".

Como exemplo citou o dia em que *"os comissários das quarenta e oito secções de Paris alvitram chamar às armas a nação inteira, para ir exterminar os déspotas"*, a Convenção decretou a leva em massa, e todos os franceses ficaram em requisição permanente. Mas a França tinha no coração o ferro da guerra civil e da invasão, arcava com a Europa inteira, e foi obrigada a lançar contra o inimigo estrangeiro quatorze exércitos". E acrescentou estas palavras estimulantes, concluindo pela advertência de que quem só vê perigos contra as instituições desacredita-as, em vez de ajuda-las:

"Eu me ensoberbeceria de ver levantar-se o Brasil todo, se nos ameaçasse um desses imensos perigos, que abalam a existência dos Estados. Mas nem no revés de Canudos, nem na sombra da restauração havia nada, que seriamente explicasse uma reação nacional. O monarquismo entre nós é o pesadelo voluntário do espírito de perseguição. O desforço de Canudos é um problema simplesmente militar, para cuja solução devemos contar recursos de sobra nos quadros da força armada. Era humilhante para o exército estimular nas multidões uma crise histórica, em vez de confiar nele. Muito grande é a pátria brasileira, para estremecer diante de tais dificuldades. Figurando periclitantes a cada momento as instituições nacionais, o que faremos e desprestigiá-las, em lugar de servi-las".

Nova preocupação com o tema Canudos

A partir do pronunciamento de 1897, nada menos de quatro vezes, voltou Rui Barbosa a revelar interesse pelo tema Canudos.

A 5 de agosto de 1905, quando defendia o seu projeto de anistia a todos os envolvidos na revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em novembro de 1904, lembrou-se das ordens do Presidente Prudente de Moraes às forças militares em guerra contra o arraial de Canudos. Tais ordens eram para que lá não deixassem pedra sobre pedra. Afirma agora ter havido ali trucidamentos bárbaros, com violação da palavra empenhada pelos vencedores aos vencidos e da lei sobre todas inviolável da guerra civilizada que justifica a vida dos prisioneiros, e a confia à lealdade da vitória como pedra de toque de sua justiça e depósito de sua honra.

Em consequência disso, o orador frisou que a expiação providencial tinha de vir "Providencial ou moral, como quiserdes: mas fatal". E clareou bem o seu pensamento:

"A lei existe, no mundo das ações humanas, como no da natureza, dai-lhe embora o nome que entenderdes. Tinha de vir. E veio. O enxurro sangrento do crime, represado ao longo e do alto, golfou, tremendo, aqui, um belo dia aos pés do Presidente da República, em uma praça de guerra, no atentado de 5 de novembro.3"

Dito isto, retomou o tema da anistia constante de seu projeto.

No ano seguinte(1906), quando impugnava a declaração de estado de sítio para todo o

território matogrossense, houve motivo para o orador recordar os acontecimentos sangrentos de março de 1897, causados pelo passionatismo das multidões em face dos sucessos desastrosos da luta contra Antonio Conselheiro e seus devotos.

Mais uma vez, a tônica do seu argumento recaiu sobre a suposta origem do movimento centrado no arraial dos fanáticos do Conselheiro.

"Fantasiaram uma revolução destinada a esperar a restauração imperial e as mais autorizadas vozes da imprensa, aqui e no Rio de Janeiro, seguiram esta corrente cega que determinou o movimento de cujo seio emanaram infinitos e inenarráveis crimes, naquela época odiosa".

Lê, a seguir, quatro trechos de notícias de uma das folhas da imprensa da Bahia, expressivos desse sentimento desordenado quanto à natureza daquela luta, um dos quais dizia: *"Trata-se da restauração; conspira-se, forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parêlas com o mal. A monarquia arma-se? Que o Presidente chame às armas os republicanos"*.

Mostra como a imprensa carioca também tinha absorvido inflamadamente esse sentimento, conclamando vagamente a população do Rio de Janeiro a "tomar resoluções". Apontou o próprio Presidente da República a dizer, em Mensagem ao Congresso: *"Sabemos que por detrás dos fanáticos de Canudos trabalha a política. Mas nós estamos preparados, tendo todos os meios para vencer, seja como for e contra quem for"*.

"Pois vem, Sr. Presidente, graças à influência dessa alucinação operou-se a intervenção do Governo da república no território da Bahia".

Havendo assim predisposto o plenário a conhecer outras revelações importantes, toma de um volume que deixara sobre a bancada e diz:

"O Senado vai ouvir, escrito pela pena de uma testemunha insuspeita, um livro de alto valor e verá a situação a que ficou relegada minha terra".

Lê a seguir trechos de Os Sertões, de Euclides da Cunha, em edição do ano anterior.

Possivelmente pela primeira vez dava-se conhecimento ao povo brasileiro, através da tribuna de uma das casas do Congresso Nacional, de um relato breve e fiel da tragédia de Canudos.

O plenário do Senado, provavelmente surpreso e emocionado, escuta a leitura de duas páginas do livro de estréia de Euclides da Cunha, o grande escritor que estivera, como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*, diante do estranho povoado, nas trincheiras do Alto da Favela.

Entre as palavras lidas estavam as de que Euclides da Cunha rejeitava "*a generalização de um conceito falso*", qual o de haver no ânimo dos novos expedicionários a suspeita extravagante acerca das crenças monarquistas na Bahia, nisto corroborando a idéia que o próprio orador havia sustentado na primeira conferência do *Politeama Baiano*, em maio de 1897

Entre parênteses

As pessoas bem informadas dos hábitos de estudo de Rui Barbosa e do zelo com que consultava as notícias da atividade editorial brasileira, da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos, investindo em livros mais do que, ou pelo menos tanto quanto, percebia de subsídio parlamentar, poderão talvez estranhar que, morando no Rio de Janeiro e freqüentando as livrarias de sua preferência após as sessões do senado, não tivesse adquirido a 1ª edição de "Os Sertões". Ele leu, de fato, ao Senado, trechos da 2ª edição, lançada em 1905. Também eu

estranhei, mas logo me dei conta da razão disso. Euclides da Cunha – autor desconhecido – estreara com o seu livro editado em 1902.

Ora, 1902 está entre os anos de mais intensa atividade intelectual de Rui Barbosa. Foi o ano do Projeto de Código Civil Brasileiro, e seus embates lingüísticos. Nenhum outro assunto lhe exigiu mais cuidado e trabalho do que esse, dada sua responsabilidade como presidente da Comissão Especial do Senado e relator por ela unanimemente eleito para a revisão do Projeto nascido e aprovado na Câmara dos Deputados.

Rui Barbosa não foi só parlamentar, mas também advogado militante e jurisconsulto dos mais procurados, – dedicando a esses dois ofícios tempo, estudo e a arte de escrever, pois daí é que lhe vinham os rendimentos básicos para o custeio de seu padrão de vida familiar e social. Livro, para Rui Barbosa, era algo vital, como o oxigênio para os pulmões. Não foi por acaso que, já no outono da existência, (1905), quando agradecia uma homenagem, fez esta confissão:

"O que, abaixo da Pátria, me é mais caro neste mundo: a minha família e os meus livros".

Por isso mesmo a verba do seu orçamento anual investida em livros era igual ou superior ao que percebia de subsídio parlamentar, segundo depoimento de livreiros seus abastecedores.

Sabe-se que saía de casa, para o Senado, a uma e meia da tarde, e, de volta para São Clemente, de bonde (durante muitos anos) ou de automóvel (a partir da primeira década do século XX), passava pelas livrarias do Centro ou ia ao cinema de sua preferência.

Aconteceu, entretanto, como já foi explicado anteriormente, que a 1ª edição de "Os Sertões" coincidiu com um dos anos de mais graves tarefas político-parlamentares que teve na vida adulta.

1902 foi ainda o ano final do governo Campos Sales, declaradamente seu adversário que combateu fortemente durante quase todo o quadriênio, na tribuna do Senado e na imprensa. 1902 foi, sobretudo, repito, o ano da chegada ao Senado do Projeto de Código Civil Brasileiro, que a Câmara dos Deputados vinha de aprovar, após rápido exame de pouco mais de doze meses. Sabe-se que Campos Sales esteve empenhado em promulga-lo antes de deixar a presidência da República, em novembro de 1902, e para tanto o Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, tinha conseguido do seu antigo mestre da Faculdade de Direito do Recife – Clovis Beviláqua, a aceitação do convite para elaborar o desejado Projeto, que efetivamente apresentou seis meses depois (1899).

No Senado, para o seu exame depois de aprovado, no final de 1901, pela Câmara, foi constituída uma Comissão Especial, que elegeu unanimemente a Rui Barbosa Presidente e Relator, em fins de janeiro de 1902.

Já no mês de fevereiro é possível ter Rui Barbosa surpreendido o Senado ao apresentar o seu Parecer – que deu um livro de quatrocentas páginas, depois (em 1949) incluído nas suas Obras Completas (Vol. XXIX, Tomo L – 491 páginas).

Esse Parecer produziu um grande abalo no País. Cinco notabilidades saíram a campo, em defesa do Projeto aprovado pela Câmara: o dr. Ernesto Carneiro Ribeiro (que a pedido de Seabra lhe tinha feito a revisão gramatical), o Relator da Comissão Especial da Câmara (deputado Anísio de Abreu), o próprio Clovis Beviláqua, o escritor e crítico literário José Veríssimo e o escritor Medeiros e Albuquerque.

A todos, um por um, Rui Barbosa respondeu, nas páginas da Réplica, – concluída no dia 31 de dezembro de 1902, que hoje ocupa dois tomos (II e III do Vol. XXIX) das Obras Completas de Rui Barbosa.

Além desse trabalho colossal, teve ainda, em 1902, no Senado, quando pelo primeiro

Congresso Nacional, uma das mais preciosas campanhas de sua vida de defensor da legalidade constitucional, pronunciando autênticas lições da tribuna e tendo como antagonista, entre outros, o deputado José Joaquim Seabra.

Os assuntos desses pronunciamentos de Rui Barbosa evidentemente não cabem aqui, mas em capítulo especial que lhe dedico neste livro.

Parece-me, com tais motivos, ter explicado o fato de Rui Barbosa, – que, nos debates de plenário ou em pareceres parlamentares, costumava apoiar-se nas mais novas ou primeiras edições de livros de autores citados – no caso de Euclides da Cunha, ter lido trechos da 2ª edição de "Os Sertões".

Cautério idêntico na ferida, em 1910

Tendo vindo à Bahia em janeiro de 1910, a fim de iniciar a campanha sustentadora de sua candidatura à presidência da República, não esqueceu a catástrofe de Canudos, sem embargo da demorada exposição do seu plano de governo no *Politeama Baiano*, superlotado de ouvintes.

Em discurso de agradecimento à manifestação política presidida pelo Conselheiro Botelho Benjamin, dirigiu a sua eloqüência aos degoladores vencidos, aos exterminadores de prisioneiros e matadores de irmãos indefesos, naquela fase da infame guerra civil em que se apontava injustamente a Bahia como quartel general do monarquismo com a sua guarda avançada nos jagunços de Antonio Conselheiro.

Segundo sua palavra apropriada e vigorosa, os sertões da Bahia ficaram sempre profanados:

"nas cenas horrendas que Euclides da Cunha imortalizou em páginas de um colorido ultradantesco".

Manifestação final

No ano seguinte o Presidente Hermes da Fonseca realizou uma excursão espantosa à Bahia para inaugurar o novo cais do porto, levando "numerosa escolta de scouts, destroyers, enouraçados e dreadnoughts".

Falando no Senado, à data de tão faustosa viagem, Rui Barbosa dedicou uma parte do seu discurso a Canudos e sua guerra ainda muito viva na memória dos coevos. Recapitulou-lhe lances, tropas e comandantes, com o registro de que "o salvamento só se deveu ao concurso das forças dos Estados: à polícia da Bahia, à de São Paulo, à do Pará e à do Amazonas". E, pondo o acento na chaga viva, assim concluiu:

"Virtualmente os louros da Campanha tocaram a essa insurreição da loucura. Os vencedores mostraram a sua inferioridade e o seu despeito assassinando os vencidos. O petróleo e a faca exterminaram, num queimadeiro monstruoso e numa degola inaudita, entre cenas eternizadas no livro de Euclides da Cunha, centenas de prisioneiros, velhos, mulheres e crianças. Nunca houve desonra mais inútil e barbara mais bestial....."

.....

.....

"E todos quantos com vida tornaram daquela terrível luta, vieram sabendo como naquele solo a todos os respeitos privilegiado, habita uma"

raça de heróis de nascença, dotados pela natureza com a medula dos leões, homens que não precisam mais do que o seu bastão de pefureiros para se arremessarem contra bocas de fogo, mas, se apanham uma arma, não erram o alvo, não perdem um tiro no ar e, quando se possuem da vertigem de uma religião, de uma idéia, ou de uma causa honrada, correm ao encontro da morte mais aforçurados que os covardes na fuga para o abrigo da vida.

"Se é certo, segundo o velho adágio latino, que no vinho se revela a verdade, na embriaguês daquele delírio se revê o fundo heróico, a índole marcial, a predestinação vitoriosa da alma baiana feita de solidez e tenacidade, independência e arrojo, bravura e grandeza.

"Canudos foi uma triste e dolorosa amostra de uma feliz e esplêndida natureza moral. A gente que povoa todas aquelas paragens é a mesma; grande alfobre de soldados para a guerra estrangeira, inesgotável seminário de lidadores para a resistência nos conflitos civis pelos direitos da lei, da ordem e da liberdade".

Encerrava assim o seu depoimento acerca de um dos acontecimentos mais dolorosos do século.

Valioso rascunho

Convencido de que, em heroísmo os vencidos não ficaram devendo aos vencedores, pretendia Rui Barbosa, uma vez finda a guerra civil de Canudos, voltar a estudá-la na tribuna do Senado. Mas não chegou a fazê-lo. Convém, a tal respeito, ficar claro que ele não deixou nenhum discurso específico, por fazer, sobre Canudos, mas apenas um alentado rascunho, também incompleto e entremeado de linhas pontuadas, inclusive na parte final do manuscrito preservado. Este abrange outro assunto, embora ligado a Canudos, – a crise política desencadeada pelo atentado contra a vida do Presidente da República, seguido imediatamente do assassinio do Ministro de Guerra, marechal Carlos Machado Bitencourt.

Do texto desse rascunho – que certamente seria desenvolvido no momento do discurso planejado, retirei a parte abrangente da luta contra o obscuro arraial de Antonio Conselheiro pelo próprio Rui denominado "a lição de Canudos", e o fiz, dada a atualidade do seu conteúdo. Ei-lo:

A Lição de Canudos

"Canudos arrasou-se; mas não é no arrasamento de canudos que se acha o nosso maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis; mas não tocastes na miséria, que a produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem comércio com o mundo civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda hoje na rusticidade colonial. A lição não está nessa exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um louco, profanação agravada de um cadáver e de uma sepultura, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem, e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve. A lição não está nas páginas heróicas escritas pelas nossas tropas no Cocorobó, em Vasa-Barris e na Favela; porque os nossos soldados não seriamente dignos desses feitos memoráveis, se não tivessem a nobreza de confessar que em heroísmo os vencidos não ficaram devendo aos vencedores. A lição, quanto aos vencedores, está nessa inundação de evidência que esta campanha derramou sobre a situação da defesa nacional, a sua inenarrável fraqueza, a necessidade imperiosa da sua reorganização absoluta. Mas o ensinamento sobre todos precioso que resulta dessa tragédia, consiste

na surpresa desse Brasil misterioso, desconhecido ao mundo oficial, que os sertões do Norte nos acabam de revelar na fibra dessa raça talhada para competir com as mais fortes da terra, e na amostra das insuperáveis dificuldades com que deve contar o poder ou anarquia nos caprichos de suprimir pela força a vontade do país. Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada e mole das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mas ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesi de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito,

foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos seriam necessários semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada tiver consciência, a vontade e a coragem de sua soberania.

"A lição, quanto aos vencidos, está na seriedade dos nossos deveres para com essas populações entregues pela indiferença brasileira aos instintos agrestes do aborígine, está na necessidade, a que cada vez menos atendemos, de fazer menos política, de cultivar menos paixões, e pensar mais nos grandes reclamos do nosso progresso, está em que não podemos aspirar a reputação de povo civilizado, esquecendo completamente a instrução, a moralização, a cristianização desses ramos vigorosos e (palavra ilegível) da nossa própria família esparsos em regiões incomensuráveis, que só conhecem o arado eleitoral.....".

"Se as minhas opiniões destoarem das vossas, escutai-as com benignidade, reconhecendo que cumpro um dever árduo, e que, servindo-o, cumpro com os interesses, para obedecer à consciência. Acostumados à minha heterodoxia habitual, a menos invejável e lucrativa das condições a que um homem político se pode ver reduzido,.....".

1. No caso, o deputado Cezar Zama, seu competidor derrotado, e que, na fase final da campanha eleitoral, havia pronunciado, na Câmara, dois discursos contra Rui Barbosa. A resposta imediata do ofendido é uma das suas mais celebradas orações parlamentares, três décadas mais tarde divulgada no volume intitulado "Esfola da Calúnia (Editora Americana, Rio de Janeiro, 1931, com prefácio e notas de Fernando Neri). Cezar Zama ainda lhe redargüiu, mas com desprezo do antagonista e nas urnas colheu apenas cerca de dez por cento dos votos dados ao ex-amigo, não mais voltando ao Parlamento.

2. Fernando Néri atribui a Homero Pires a informação de não ter sido lida nenhuma das duas conferências pelo orador. Este, para o público, teria falado de improviso. V. em Obras Completas de Rui Barbosa, vol. XXIV, Tomo I, págs. 5-130, o texto de ambos esses discursos.

3. Nesse dia, quando eram recepcionadas as tropas do exército, uma vez finda a guerra de Canudos, o anspeçada Marcelino Bispo desfechou um tiro no Presidente da República, e não o atingiu; ato contínuo, sacando um punhal, o criminoso investiu contra o Presidente, mas o Ministro da Guerra, Carlos Machado Bitencourt, postou-se entre os dois, e recebeu o golpe fatal.

(*) Autor das premiadas obras "O Advogado Rui Barbosa" e de "História de Rui Barbosa". Leitor de Migalhas.

